

**CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR CESREI
CURSO DE BACHAREALDO EM DIREITO**

DANILO BARUC DOS SANTOS SILVA

**AS DESIGUALDADES SOCIAIS, A VIOLÊNCIA E O
PAPEL DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA NO
CONTEXTO BRASILEIRO**

Artigo apresentado à Coordenação do Curso de Direito da Cesrei Faculdade, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Direito, pela referida instituição.

Orientador: Prof. Me. Valdeci Feliciano Gomes, Cesrei Faculdade.

1º Examinador: Prof. Me. Camilo de Lélis Diniz de Farias, Cesrei Faculdade.

2º Examinador: Prof. Me. Felipe Augusto de Melo e Torres, Cesrei Faculdade.

Campina Grande – PB

2024

AS DESIGUALDADES SOCIAIS, A VIOLÊNCIA E O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA NO CONTEXTO BRASILEIRO

Danilo Baruc dos Santos Silva¹
Valdeci Feliciano Gomes²

RESUMO

A segurança pública no Brasil enfrenta uma série de desafios estruturais que vão além das questões operacionais, abrangendo aspectos sociais, econômicos e políticos. A corrupção dentro das instituições, a falta de recursos adequados, a fragmentação institucional, a falta de capacitação dos profissionais e legislações obsoletas são obstáculos significativos que comprometem a eficácia das políticas de segurança pública. Diante desse panorama, este trabalho visa analisar e propor estratégias integradas e colaborativas para enfrentar esses desafios, promovendo a prevenção da violência, abordando as causas estruturais da criminalidade e fortalecendo as instituições de segurança. A corrupção mina a confiança nas instituições policiais e compromete a eficácia das operações, alimentando a impunidade. A falta de recursos adequados resulta em infraestrutura precária e condições de trabalho inadequadas para os profissionais de segurança, afetando diretamente a capacidade de prevenção e resposta aos crimes. A fragmentação institucional e a falta de comunicação eficaz entre os órgãos comprometem a eficiência das operações, dificultando o compartilhamento de informações estratégicas. Para superar esses desafios, é fundamental adotar medidas de fiscalização rigorosa, promover a transparência institucional e fortalecer os mecanismos de controle interno e externo. Investimentos em infraestrutura, equipamentos modernos e condições de trabalho dignas são cruciais para melhorar a prevenção e resposta aos crimes. Além disso, é essencial promover a articulação e cooperação entre os diferentes atores do sistema de justiça e segurança pública. Em suma, estratégias integradas e colaborativas são essenciais para construir um ambiente mais seguro, justo e pacífico para todos os brasileiros. A participação ativa das comunidades, o investimento em prevenção da violência e o fortalecimento das instituições de segurança são passos fundamentais nesse processo.

Palavras-chave: segurança pública; prevenção da violência; promoção da paz; estratégias integradas; fortalecimento institucional.

ABSTRACT

Public security in Brazil faces a series of structural challenges that go beyond operational issues, covering social, economic and political aspects. Corruption within institutions, lack of adequate resources, institutional fragmentation, lack of professional training and obsolete legislation are significant obstacles that compromise the effectiveness of public security policies. Given this panorama, this work aims to analyze and propose integrated and collaborative strategies to face these challenges, promoting the prevention of violence, addressing the structural

¹ Graduando do Curso do Direito da Cesrei Faculdade. E-mail: dannilobaruc@hotmail.com.

² Professor do Curso do Direito da Cesrei Faculdade. Mestre em Sociologia pela UFCG, Mestre em Direito pela UNESA/RJ. E-mail: valdireito12@hotmail.com.

causes of crime and strengthening security institutions. Corruption undermines trust in police institutions and compromises the effectiveness of operations, fueling impunity. The lack of adequate resources results in poor infrastructure and inadequate working conditions for security professionals, directly affecting the ability to prevent and respond to crimes. Institutional fragmentation and the lack of effective communication between bodies compromise the efficiency of operations, making it difficult to share strategic information. To overcome these challenges, it is essential to adopt strict inspection measures, promote institutional transparency and strengthen internal and external control mechanisms. Investments in infrastructure, modern equipment and decent working conditions are crucial to improving crime prevention and response. Furthermore, it is essential to promote coordination and cooperation between the different actors in the justice and public security system. In short, integrated and collaborative strategies are essential to build a safer, fairer and more peaceful environment for all Brazilians. The active participation of communities, investment in violence prevention and strengthening security institutions are fundamental steps in this process.

Keywords: public safety; violence prevention; promoting peace; integrated strategies; institutional strengthening.

1 INTRODUÇÃO

A segurança pública no Brasil é um tema de extrema relevância, dada a sua relação direta com a qualidade de vida dos cidadãos e a consolidação do Estado de Direito. O país enfrenta desafios significativos no combate à violência, o que exige uma análise permanente dos obstáculos que comprometem a eficácia das políticas e instituições de segurança. Esses desafios incluem, dentre outros, corrupção, falta de recursos, fragmentação institucional, capacitação inadequada e legislações obsoletas.

A problemática da segurança pública é complexa, envolvendo não apenas a repressão ao crime, mas também a prevenção e a promoção de um ambiente pacífico. A violência no Brasil não se limita aos crimes violentos evidentes, mas também inclui formas mais sutis e profundas de violência estrutural que afetam a qualidade de vida dos cidadãos. A falta de acesso a serviços básicos de qualidade, como saúde, educação e moradia, contribui para a perpetuação de um ciclo de vulnerabilidade e desigualdade.

Os pressupostos dessa problemática envolvem a compreensão de que a violência e a criminalidade são fenômenos multifacetados, alimentados por fatores socioeconômicos, culturais e políticos (Vasconcelos, 2023). Além disso, é preciso

reconhecer que a efetividade das políticas de segurança pública depende de uma abordagem integrada e colaborativa, que envolva diferentes setores da sociedade.

Além disso, considera-se que questão da segurança pública não pode ser abordada isoladamente, mas deve ser entendida dentro de um contexto mais amplo de desenvolvimento social e econômico. A ausência de oportunidades de emprego e renda em áreas vulneráveis cria um terreno fértil para o recrutamento de jovens por organizações criminosas, alimentando ainda mais o ciclo de violência e marginalização.

Neste cenário, políticas de segurança eficazes devem ser complementadas por medidas que promovam a inclusão social, o fortalecimento da educação e a criação de oportunidades econômicas para todos os cidadãos, visando reprimir o crime, prevenir a violência, promover a paz e construir uma sociedade mais justa e pacífica.

A justificativa para este estudo reside na necessidade de desenvolver soluções sustentáveis e eficazes para os desafios da segurança pública no Brasil. A confiança da população nas autoridades está abalada, e a sensação de insegurança afeta profundamente o bem-estar e a coesão social. É imperativo investir em estratégias que respondam aos crimes, previnam a violência e promovam o desenvolvimento humano e social.

O objetivo deste estudo é analisar os desafios da segurança pública no Brasil, identificando as principais barreiras que comprometem sua eficácia. Além disso, busca-se propor estratégias integradas e colaborativas que promovam a prevenção da violência, abordem as causas estruturais da criminalidade e fortaleçam as instituições de segurança.

O estudo visa contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas que melhorem a confiança da população nas autoridades, incentivem a participação comunitária e promovam um ambiente mais seguro, justo e inclusivo para todos os brasileiros.

2 AS DESIGUALDADES SOCIAIS E A VIOLÊNCIA

As desigualdades sociais são fenômenos complexos que transcendem meramente a distribuição desigual de recursos econômicos. Elas se manifestam em diversas esferas da vida social, incluindo acesso desigual a serviços de saúde,

educação, justiça, moradia adequada e oportunidades de emprego. Essa disparidade de acesso reflete, reforça e perpetua estruturas de poder e privilégio que se refletem em relações sociais e econômicas desiguais.

A origem das desigualdades sociais reside nos processos interligados na sociedade, os quais influenciam e restringem o status e a posição social de indivíduos ou grupos, impactando diretamente aspectos essenciais para uma vida de qualidade. Estes incluem a liberdade de expressão e de escolha, a satisfação no trabalho, além do acesso a direitos fundamentais como o direito ao voto, à saúde, à educação, à moradia e ao saneamento básico (OXFAM Brasil, 2021).

Para compreender a natureza das desigualdades sociais, é necessário reconhecer que elas não se limitam apenas à distribuição desigual de recursos econômicos, mas se estendem por toda a estrutura social, afetando cada aspecto da vida de um indivíduo. As desigualdades sociais se entrelaçam e se manifestam em diversas esferas, desde as condições de moradia até o acesso à justiça, e permeiam cada interação e instituição da sociedade (Silva; Barbosa, 2015).

O acesso desigual a serviços de saúde, por exemplo, não apenas se traduz em disparidades na qualidade do atendimento médico, mas também pode determinar a expectativa de vida e o bem-estar geral de diferentes grupos sociais (Travassos, 2018). Da mesma forma, o acesso desigual à educação limita as oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional e perpetua ciclos de pobreza e exclusão social ao longo das gerações. (Silva; Menezes, 2022)

As desigualdades sociais se refletem nas interações dentro do sistema de justiça, onde indivíduos de diferentes origens socioeconômicas podem enfrentar tratamento diferenciado com base em sua posição na hierarquia social (Silva, 2021). A falta de acesso à moradia adequada não apenas afeta as condições de vida, mas também pode influenciar a segurança e estabilidade emocional de um indivíduo, impactando sua capacidade de buscar oportunidades e se integrar plenamente na sociedade (Zürcher, 2019).

Essa disparidade de acesso reflexo das desigualdades sociais existentes e contribui para reforçar e perpetuar essas estruturas de poder e privilégio. Indivíduos e grupos privilegiados podem usar sua influência e recursos para manter sua posição dominante na sociedade, enquanto aqueles que estão marginalizados ou excluídos são frequentemente deixados sem recursos ou poder para desafiar essas estruturas injustas (Chaves; Arcoverde, 2021).

Assim, as desigualdades sociais não são meramente o resultado de diferenças individuais ou escolhas pessoais, mas o produto de sistemas e instituições que perpetuam e beneficiam determinados grupos em detrimento de outros. Enquanto essas estruturas de poder e privilégio não forem abordadas de forma abrangente e sistêmica, as desigualdades sociais continuarão a ser uma fonte de injustiça e conflito em nossa sociedade.

Para compreender o impacto das desigualdades sociais na geração e perpetuação da violência, é preciso ir além da análise superficial das disparidades econômicas e considerar também as disparidades de poder e oportunidade que permeiam a sociedade. Essas desigualdades estão na distribuição desigual de recursos materiais, nas estruturas de poder e na capacidade dos diferentes grupos sociais de influenciar as decisões que afetam suas vidas (Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento [PNUD], 2022).

Tome-se como exemplo a marginalização étnica, racial, de gênero ou de orientação sexual, que ocorre quando certos grupos são sistematicamente excluídos das esferas de poder e da tomada de decisões em uma sociedade. Isso pode resultar em uma sensação profunda de injustiça e exclusão entre os membros desses grupos, alimentando o ressentimento e a revolta. Quando as pessoas se sentem marginalizadas e impotentes diante das estruturas de poder, podem recorrer a formas de resistência que incluem a violência como meio de expressar sua indignação e buscar justiça (Kogaa; Sant'ana; Martinellia, 2018).

Além disso, as desigualdades de poder também podem se manifestar de forma mais sutil, mas igualmente impactante, nas interações cotidianas entre diferentes grupos sociais. A discriminação institucionalizada em áreas como emprego, educação e acesso a serviços pode minar a autoestima e o senso de dignidade de indivíduos e comunidades marginalizadas, criando um ambiente propício para conflitos e tensões (Lopes, 2012).

As desigualdades sociais não se limitam a uma única dimensão, e muitas vezes se entrelaçam e se multiplicam, resultando em formas complexas de discriminação e opressão. Esse fenômeno, conhecido como interseccionalidade, reconhece que as identidades individuais são moldadas por múltiplos fatores, como raça, gênero, classe social, orientação sexual, idade, deficiência, entre outros, e que esses elementos interagem entre si para determinar a posição de um indivíduo na sociedade (Kyrillos, 2020).

3 DESIGUALDADE ECONÔMICA E EDUCACIONAL

A desigualdade econômica e educacional cria um ambiente propício para o surgimento e a perpetuação da violência em diferentes formas, criando uma instabilidade e insegurança social. É um fenômeno restritivo de desenvolvimento de certos grupos sociais que, normalmente, ficam à margem da sociedade e dos recursos de que ela dispõe.

A desigualdade econômica é um fenômeno que influencia profundamente a dinâmica social e a incidência de violência em uma sociedade (Nakabashi; Gremaud; Menegatti; Scaraboto, 2020). Se manifesta em termos de disparidades de renda e riqueza, tendo também um impacto psicológico significativo nas pessoas. Aqueles que vivem em situações de pobreza extrema ou enfrentam dificuldades econômicas crônicas muitas vezes experimentam sentimentos de desesperança, indignidade e ressentimento em relação à sociedade. A percepção de falta de oportunidades e de ser deixado para trás pode alimentar um profundo senso de injustiça e alienação.

Para aqueles que vivem em condições de pobreza extrema ou enfrentam dificuldades econômicas crônicas, a falta de recursos básicos para sustentar suas necessidades diárias pode levar a um profundo sentimento de desesperança. A constante luta para sobreviver sem perspectivas claras de melhoria pode gerar um estado emocional de impotência e desamparo (Abreu, 2012). Além disso, a percepção de ser incapaz de alcançar um padrão de vida digno pode corroer a autoestima e a dignidade pessoal.

A desigualdade econômica pode alimentar sentimentos de ressentimento e alienação em relação à sociedade. Quando as oportunidades são distribuídas de maneira desigual e alguns grupos têm acesso privilegiado a recursos e oportunidades, aqueles que são marginalizados economicamente podem se sentir excluídos e injustiçados. Isso pode gerar uma divisão social, exacerbando as tensões e minando a coesão comunitária (Trindade; Leal, 2022).

A instabilidade financeira e a insegurança econômica podem contribuir para o estresse crônico e a ansiedade. A preocupação constante com as finanças e a incerteza em relação ao futuro podem desencadear ou agravar problemas de saúde mental, como depressão e transtornos de ansiedade. Além disso, a falta de acesso a

recursos adequados de saúde mental devido à desigualdade econômica pode dificultar ainda mais a recuperação e o tratamento desses problemas (Barata, 2009).

A percepção de que a sociedade é estruturada de maneira injusta, onde alguns prosperam enquanto outros lutam para sobreviver, pode minar a confiança nas instituições sociais e políticas. A falta de oportunidades equitativas pode reforçar a crença de que o sistema está empilhado contra certos grupos, levando a uma erosão da coesão social e à desconfiança generalizada nas autoridades e instituições (Pizzio, 2016).

A desigualdade econômica também pode afetar as gerações futuras. Crianças criadas em ambientes de pobreza e desvantagem econômica têm maior probabilidade de enfrentar desafios de desenvolvimento e educacionais, perpetuando assim o ciclo de desigualdade (Euzébios Filho; Guzzo, 2009). Isso pode criar uma sensação de fatalismo social, onde a melhoria das condições de vida parece inalcançável.

O impacto psicossocial da desigualdade econômica vai além das questões materiais e econômicas. Ela está relacionada às percepções, emoções e relações sociais das pessoas, afetando profundamente sua qualidade de vida e bem-estar emocional. Abordar a desigualdade requer pensar medidas econômicas e intervenções que considerem os aspectos psicológicos e sociais dessa complexa dinâmica (Barreto, 2017).

Quando a desigualdade econômica é alta, a pressão sobre os recursos e as oportunidades disponíveis aumenta. Isso pode levar a um aumento das tensões sociais, especialmente em áreas onde as comunidades lutam para acessar serviços básicos, como educação de qualidade e cuidados de saúde. A competição por recursos limitados pode criar um ambiente propício para conflitos interpessoais e intracomunitários. Neste sentido, como bem pondera Nascimento (2013), é preciso dar resposta às desigualdades socioeconômicas com objetivos de promoção de paz, tratando de trazer à tona uma abordagem alternativa aos conflitos.

A ligação entre desigualdade econômica e criminalidade é amplamente reconhecida. Indivíduos que enfrentam barreiras estruturais para atender às suas necessidades básicas podem ser empurrados para atividades criminosas como uma forma de sobrevivência ou para melhorar sua situação financeira. Os crimes motivados pela necessidade econômica, como roubo e furto, muitas vezes têm uma correlação direta com os níveis de desigualdade em uma sociedade (Araújo, 2018).

Além das formas mais visíveis de violência, como crimes de rua, a desigualdade econômica também contribui para formas mais sutis de violência estrutural e institucional. Por exemplo, sistemas judiciais e políticos que favorecem os interesses da elite econômica em detrimento dos pobres podem perpetuar injustiças sociais e exacerbam a polarização econômica.

A desigualdade econômica cria uma desigualdade fundamental de oportunidades. Quando vastos segmentos da população são marginalizados economicamente, o acesso à educação de qualidade, treinamento profissional e empregos estáveis torna-se inatingível para muitos. Isso não apenas limita o potencial de desenvolvimento pessoal e profissional, mas também pode gerar sentimentos de impotência e ressentimento (Pinho, 2020).

Já a desigualdade educacional é uma questão que vai muito além da distribuição desigual de recursos educacionais. Ela está intrinsecamente ligada a padrões mais amplos de desigualdade social e econômica. Quando certos grupos têm acesso privilegiado a uma educação de qualidade, enquanto outros enfrentam barreiras substanciais devido a fatores como recursos financeiros limitados ou discriminação sistêmica, as consequências são profundas e de longo alcance.

A desigualdade educacional perpetua e amplia as disparidades sociais existentes. Grupos desfavorecidos enfrentam barreiras materiais, como falta de financiamento para escolas ou acesso limitado a recursos educacionais, e também barreiras sociais e estruturais, como preconceitos e estereótipos que afetam a qualidade de sua educação. Isso cria um ciclo de desigualdade, onde aqueles que já estão em desvantagem têm menos oportunidades de melhorar suas circunstâncias (Andrade; Arruda, 2020).

Além desses problemas, a falta de educação ou acesso limitado a educação de qualidade pode restringir severamente as oportunidades de emprego para certos grupos. As habilidades e o conhecimento adquiridos por meio da educação são fundamentais para competir em economias modernas e dinâmicas. Sem acesso adequado à educação, indivíduos enfrentam dificuldades em encontrar empregos bem remunerados e estáveis, resultando em renda mais baixa (Andrade; Arruda, 2020).

Esta situação cria um ciclo de desigualdade persistente. A pobreza, por sua vez, pode ser tanto uma causa quanto uma consequência da falta de acesso à educação de qualidade. As pessoas que vivem em condições de pobreza enfrentam

obstáculos adicionais, como falta de acesso a instalações educacionais próximas, desnutrição ou condições precárias de vida que tornam mais difícil se concentrar nos estudos e ter um desempenho acadêmico satisfatório (Zacchi, 2016).

O ciclo vicioso de desigualdade e falta de educação muitas vezes leva ao descontentamento social e até mesmo a comportamentos violentos. Quando grupos inteiros são marginalizados ou excluídos de oportunidades educacionais significativas, isso pode gerar ressentimento e alienação, alimentando um sentimento de injustiça que pode se manifestar em protestos, agitação social ou até mesmo conflitos violentos (Zitkoski *et al.*, 2019).

Diante de tudo isso, corrobora-se a ideia de que a desigualdade educacional não está restrita ao aumento do acesso à educação, pois também cobra abordar as causas subjacentes da desigualdade, como discriminação estrutural, falta de financiamento equitativo para escolas em comunidades desfavorecidas e a necessidade de políticas inclusivas que garantam que todos tenham acesso igualitário a uma educação de qualidade. Essas medidas podem promover a justiça social e têm potencial de transformar sociedades ao abrir caminho para um desenvolvimento mais equitativo e sustentável.

4 PAPEL DA SEGURANÇA PÚBLICA NO COMBATE À VIOLÊNCIA

A questão da segurança pública no Brasil é um tema de extrema relevância especialmente diante dos desafios enfrentados no combate à violência e por sua conexão direta com a qualidade de vida dos cidadãos e a consolidação do Estado de Direito. Neste vasto contexto, o papel das instituições e políticas de segurança pública adquire uma importância estratégica que transcende simplesmente a manutenção da ordem, estendendo-se à promoção da paz social e à proteção dos direitos fundamentais.

A segurança pública envolve garantir a tranquilidade da vida em sociedade. Isso significa promover um ambiente pacífico, sem ameaças de violência ou rebelião iminente que possam resultar na prática de crimes. É a proteção ou restauração dessa convivência harmoniosa, permitindo que todos desfrutem de seus direitos e realizem suas atividades sem causar transtornos a terceiros, exceto ao defender seus próprios direitos e interesses legítimos (Silva, 2009).

Em um país como o Brasil, marcado por altos índices de criminalidade e violência, a segurança pública não pode ser vista como uma mera resposta a incidentes isolados. Ela representa um pilar essencial para o desenvolvimento social e econômico, pois a ausência de segurança impacta diretamente na confiança dos investidores, na qualidade dos serviços públicos e na sensação de bem-estar dos cidadãos.

A segurança da sociedade é fundamental para assegurar os direitos e deveres estabelecidos nas leis. A segurança pública é vista como uma necessidade social que requer a colaboração de instituições estatais e da sociedade. O sistema de segurança pública refere-se às entidades estatais responsáveis por promover a segurança da sociedade. A política de segurança pública é o foco estratégico que engloba planos e programas para garantir a segurança individual e coletiva (Carvalho; Silva, 2011).

As instituições de segurança pública, como as polícias civil e militar, o sistema penitenciário e os órgãos de inteligência, desempenham um papel central na proteção dos direitos individuais e coletivos. É por meio dessas instituições que se garante o exercício pleno da cidadania, assegurando que os direitos e liberdades fundamentais sejam preservados para todos os brasileiros, independentemente de sua origem socioeconômica ou geográfica.

No século atual, a globalização econômica e financeira tem provocado uma redefinição do papel do Estado na gestão pública e na interação com o mercado e a sociedade. Nesse contexto, a administração da política de segurança pública, essencial para lidar com a violência e a criminalidade, é um desafio significativo tanto para o Estado quanto para a sociedade (Carvalho; Silva, 2011).

Além disso, as políticas de segurança pública não podem ser dissociadas de medidas preventivas e proativas. Investir em educação, cultura, esporte e lazer nas comunidades vulneráveis é uma estratégia fundamental para combater as causas estruturais da violência, como a desigualdade social, o desemprego e a falta de oportunidades. A prevenção da criminalidade não se resume apenas a patrulhamento policial, mas requer abordagens integradas que promovam o desenvolvimento humano e social.

De acordo com o Conselho Internacional de Segurança e Desenvolvimento (ICOS), a promoção da paz social também passa pela garantia de que as instituições de segurança atuem de forma ética, transparente e responsável (ICOS,

2009). A corrupção e o abuso de poder são entraves significativos que minam a confiança da população nas autoridades policiais e judiciárias. Portanto, o fortalecimento das instituições e o combate à impunidade são essenciais para construir uma segurança pública verdadeiramente eficaz e legitimada pela sociedade

O foco é promover uma segurança pública com ênfase na prevenção social, requerendo colaboração entre diversos setores, como sociedade civil, sistema legal, polícia, Ministério Público, Judiciário e Sistema Carcerário. Embora a polícia seja essencial, a segurança não pode depender apenas dela para combater o crime. A segurança pública exige políticas públicas abrangentes e cooperativas entre diferentes níveis governamentais, livres de rivalidades partidárias, para garantir que os cidadãos se sintam seguros, independentemente de quem esteja encarregado da proteção (Araújo, 2015).

O papel das instituições e políticas de segurança pública vai muito além da repressão ao crime. Elas têm o dever de garantir a proteção dos direitos humanos, promover a justiça social e contribuir para a construção de uma sociedade mais pacífica e inclusiva (Castilho; Alves; Alonso, 2022). Portanto, é fundamental que o Estado invista de forma consistente e estratégica na segurança pública, priorizando não apenas a resposta imediata aos crimes, mas também o fortalecimento das bases estruturais que sustentam a convivência harmoniosa e segura entre os cidadãos brasileiros.

A complexidade da violência no Brasil vai muito além dos crimes violentos tradicionais, como homicídios, assaltos e sequestros. Ela se estende a formas mais profundas e abrangentes de violência estrutural que permeiam o tecido social do país, afetando diretamente a qualidade de vida e a segurança dos cidadãos (Carvalho; Silva, 2011). Para enfrentar essa complexidade multifacetada, é imperativo que as políticas de segurança pública adotem abordagens abrangentes e integradas que considerem todos os aspectos e causas subjacentes da violência.

É preciso essencial reconhecer que a violência não se limita apenas às ações criminosas evidentes. Ela também se manifesta na falta de acesso a serviços básicos de qualidade, como saúde, educação, transporte e moradia. A ausência ou a deficiência desses serviços essenciais em determinadas regiões contribui para a perpetuação do ciclo de vulnerabilidade e desigualdade, criando condições propícias para o surgimento e a proliferação de atividades criminosas (Soares, 2014).

Além disso, a percepção constante de insegurança por parte da população é uma forma insidiosa de violência que afeta profundamente o bem-estar emocional e psicológico dos cidadãos. Mesmo em áreas onde os índices de criminalidade são relativamente baixos, a sensação de medo e vulnerabilidade pode gerar impactos significativos na qualidade de vida das pessoas, influenciando suas escolhas e limitando suas oportunidades (Costa; Durante, 2021).

Diante desta complexidade da violência no Brasil, é necessária uma abordagem integral que vá além da repressão policial e se concentre na prevenção, na promoção do desenvolvimento humano e na construção de relações de confiança e colaboração entre o Estado e a sociedade. Somente por meio de estratégias abrangentes e integradas será possível transformar a realidade e construir um país mais seguro, justo e inclusivo para todos os seus cidadãos (Castilho; Alves; Alonso, 2022).

A prevenção do crime é um dos pilares fundamentais da segurança pública, sendo muito mais abrangente do que simplesmente aplicar medidas de repressão policial após a ocorrência de delitos. Para enfrentar efetivamente as causas subjacentes da violência, é necessário adotar uma abordagem multidisciplinar que englobe políticas sociais, educacionais e econômicas, visando atacar os problemas estruturais que alimentam o crime e a insegurança (Mattos, 2018).

A abordagem preventiva da segurança pública requer uma combinação de estratégias para abordar as raízes subjacentes da violência e criminalidade. Investimentos significativos em políticas sociais e educacionais desempenham um papel crucial nesse processo.

Gomes (2019), argumenta que a atuação estatal deve incluir não apenas a punição, mas também a prevenção por meio de políticas públicas que promovam educação, inclusão social e oportunidades para reduzir a vulnerabilidade ao cometimento de crimes. Segundo Gomes, a desigualdade social e econômica é um fator determinante que contribui para o envolvimento em atividades criminosas, como furtos e roubos, pois a disparidade na distribuição de renda e acesso a oportunidades cria condições propícias para o crime como uma forma de suprir necessidades básicas.

Além disso, a falta de oportunidades de emprego digno e a escassez de alternativas legítimas de subsistência podem levar pessoas a recorrerem ao crime para sobreviver, especialmente em situações de desemprego ou subemprego. O

envolvimento com o tráfico de drogas também está correlacionado com crimes contra o patrimônio, à medida que indivíduos buscam recursos para sustentar vícios ou participar do mercado ilegal de entorpecentes (Gomes, 2019).

Em relação às políticas sociais, é essencial direcionar recursos para programas que atuem na promoção da inclusão social e no combate às desigualdades. Isso inclui iniciativas para garantir acesso equitativo a serviços básicos, moradia digna, assistência social e proteção à infância. O fortalecimento das redes de apoio social e comunitário também é vital para proporcionar suporte emocional e prático às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade (Pires, 2017).

No âmbito educacional, investir em educação de qualidade desde a primeira infância até o ensino superior é fundamental para o desenvolvimento integral dos cidadãos. Uma educação inclusiva e acessível não apenas amplia as perspectivas de vida das pessoas, mas também promove valores cívicos e éticos, reduzindo a propensão à delinquência e à marginalização social. Programas extracurriculares e atividades que incentivem habilidades socioemocionais, resolução de conflitos e pensamento crítico também desempenham um papel importante na formação de cidadãos responsáveis e engajados.

Além dos investimentos sociais e educacionais, é necessário implementar estratégias que fortaleçam a coesão comunitária e a participação cívica. Isso inclui programas que promovam o envolvimento ativo dos cidadãos na construção de comunidades seguras e inclusivas. Incentivar parcerias entre organizações locais, empresas e instituições públicas para desenvolver projetos comunitários e atividades de lazer pode contribuir significativamente para a redução da violência (Boquero; Boquero, 2007).

5 DESAFIOS PARA SEGURANÇA PÚBLICA E SUAS IMPLICAÇÕES

Para que a segurança pública cumpra efetivamente seu papel na proteção dos cidadãos e na promoção da paz social, é imprescindível enfrentar uma série de desafios estruturais que frequentemente impedem o pleno funcionamento e eficácia das instituições e políticas de segurança. Esses desafios estruturais estão profundamente enraizados e requerem esforços coordenados e persistentes para serem superados.

A corrupção dentro das instituições de segurança pública compromete a integridade das operações policiais, minando a confiança da população nas autoridades e facilitando práticas criminosas (Nascimento, 2011). A falta de transparência, os desvios de recursos e as alianças ilícitas enfraquecem a capacidade do Estado de enfrentar a criminalidade de maneira eficaz (Abrão, 2024). Combater a corrupção requer medidas enérgicas de fiscalização, transparência institucional, punição exemplar de agentes corruptos e fortalecimento dos mecanismos de controle interno e externo (Oliveira Jr., 2015).

A segurança pública frequentemente enfrenta falta de financiamento e falta de recursos suficientes para realizar suas atividades de maneira eficiente. A falta de investimento adequado resulta em infraestrutura precária, deficiência de equipamentos, baixa remuneração e condições de trabalho inadequadas para os profissionais da área de segurança. Isso compromete a capacidade de prevenção e resposta aos crimes, tornando mais difícil alcançar resultados significativos na redução da violência.

A complexidade do sistema de segurança pública no Brasil, que envolve múltiplos órgãos e esferas de governo, muitas vezes resulta em falta de coordenação e integração entre as instituições. A fragmentação e a falta de comunicação eficaz entre polícias, Ministério Público, Poder Judiciário e outras entidades comprometem a eficiência das operações e o compartilhamento de informações estratégicas (Stvanelli, 2024). É essencial promover uma maior articulação e cooperação entre os diferentes atores do sistema de justiça e segurança pública.

A qualidade e a capacitação dos profissionais de segurança pública são fundamentais para o desempenho eficaz das atividades. Investir em treinamentos contínuos, educação especializada, desenvolvimento de habilidades técnicas e comportamentais é essencial para melhorar o desempenho e a confiança da população nas instituições de segurança (Santos; Couto; Coelho Junior, 2022).

A falta de legislação clara e de políticas públicas eficazes pode dificultar a aplicação da lei e a implementação de medidas preventivas. A revisão e atualização das leis, juntamente com o desenvolvimento de políticas baseadas em evidências e boas práticas internacionais, são essenciais para fortalecer o arcabouço legal e institucional voltado para a segurança pública (Lotta, 2019).

Enfrentar esses desafios estruturais exige um compromisso sério e contínuo por parte das autoridades governamentais, da sociedade civil e de todos os envolvidos no sistema de segurança pública. Somente por meio de esforços conjuntos e medidas concretas para superar esses obstáculos será possível fortalecer as instituições, promover a eficácia das políticas de segurança e proporcionar um ambiente mais seguro e justo para todos os cidadãos.

Decerto que o combate à violência no Brasil é um desafio complexo que demanda uma abordagem abrangente e colaborativa, envolvendo todos os setores da sociedade. Para alcançar resultados significativos e duradouros na redução da violência, é essencial promover um diálogo aberto e construtivo entre autoridades governamentais, especialistas, organizações da sociedade civil e comunidades locais.

O combate à violência requer uma integração eficaz de esforços por parte de diferentes atores sociais (Machado, 2010). Isso inclui órgãos governamentais, como polícia, Ministério Público e Poder Judiciário, que precisam trabalhar em conjunto com especialistas das áreas de segurança, saúde, educação e assistência social. Além disso, é fundamental envolver ativamente organizações da sociedade civil, escolas, empresas e lideranças comunitárias para criar uma rede de apoio abrangente e diversificada (Ferreira, 2023).

O diálogo entre os diferentes setores da sociedade é essencial para identificar e implementar soluções sustentáveis e eficazes no combate à violência. Isso envolve compartilhar conhecimentos, experiências e boas práticas, bem como realizar análises conjuntas para compreender as causas subjacentes da violência em cada contexto local. As soluções devem ser adaptadas às realidades específicas de cada comunidade e levar em consideração as necessidades e aspirações dos grupos mais vulneráveis.

A abordagem da violência deve incluir um foco na prevenção da violência. Isso significa investir em programas e políticas que abordem as causas estruturais do crime, como pobreza, desigualdade social, falta de oportunidades e exclusão (Brasil, 2006). Além disso, é importante promover alternativas positivas para os jovens, como educação, esporte, cultura e capacitação profissional, reduzindo assim sua vulnerabilidade à influência do crime.

A participação ativa das comunidades no processo de formulação e implementação de políticas de segurança é essencial para o sucesso das

estratégias de combate à violência. Isso inclui o fortalecimento da capacidade das comunidades para se organizarem, monitorarem a implementação das políticas públicas e se engajarem na resolução pacífica de conflitos dentro de seus territórios (Spaniol; Moraes Júnior; Rodrigues, 2020).

Um componente fundamental da abordagem colaborativa é o monitoramento regular e a avaliação dos programas e iniciativas implementadas. Isso permite identificar o que está funcionando, o que precisa ser ajustado e quais lições podem ser aprendidas para aprimorar as estratégias futuras. A transparência e a prestação de contas são essenciais para manter o compromisso de todas as partes envolvidas.

Todos esses aspectos arrolados até aqui, indicam que o combate à violência no Brasil exige uma resposta coordenada e integrada de todos os setores da sociedade. Promover o diálogo, desenvolver soluções sustentáveis, prevenir o crime, empoderar as comunidades e avaliar constantemente os resultados são passos fundamentais para construir um ambiente mais seguro, justo e pacífico para todos os brasileiros. Essa abordagem colaborativa não apenas fortalece as instituições e políticas de segurança, mas também promove o desenvolvimento humano e a coesão social em todo o país.

Afora esse cenário, destaca-se que o papel da segurança pública no combate à violência no Brasil é abrangente e vai além das tradicionais abordagens de aplicação da lei e repressão policial. Para alcançar resultados eficazes e sustentáveis na redução da violência, é essencial adotar uma perspectiva ampliada que envolva a construção de uma cultura de paz, o fortalecimento das instituições democráticas e o desenvolvimento de políticas públicas integradas que abordem as raízes da violência em nossa sociedade.

Nesta perspectiva, a segurança pública deve promover ativamente uma cultura de paz que enfatize o diálogo, a tolerância, o respeito mútuo e a resolução pacífica de conflitos (Nascimento, 2020). Isso implica em investir em programas educacionais e sociais que promovam valores de não-violência desde a infância, capacitando as pessoas a lidarem com os conflitos de forma construtiva e empática. Além disso, é importante incentivar iniciativas culturais, esportivas e comunitárias que fortaleçam os laços sociais e contribuam para a coesão e harmonia dentro das comunidades.

A segurança pública deve estar intrinsecamente ligada ao fortalecimento das instituições democráticas e do Estado de Direito. Isso inclui o respeito aos direitos

humanos, a garantia da independência do Poder Judiciário, o combate à corrupção e a promoção da transparência e prestação de contas nas atividades governamentais. Instituições democráticas robustas são fundamentais para garantir que a segurança pública seja exercida de forma legítima e responsável (Senhora; Senhora; Craveiro, 2021).

O enfrentamento eficaz da violência requer políticas públicas integradas que abordem as múltiplas dimensões do problema. Isso envolve investir em áreas-chave como educação, saúde, assistência social, emprego, urbanismo e cultura. Ao combinar esforços e recursos em diferentes setores, é possível atacar as causas estruturais da violência, como desigualdade social, pobreza e exclusão, que muitas vezes alimentam a criminalidade (Lima; Lui, Aguiar, 2021).

A segurança pública deve priorizar a prevenção do crime em vez de apenas reagir a ele. Isso inclui o desenvolvimento e implementação de estratégias de prevenção que abordem fatores de risco, promovam o desenvolvimento humano e social e criem oportunidades para todos os cidadãos. A prevenção eficaz pode ajudar a interromper o ciclo de violência e reduzir a demanda por intervenções repressivas (Rodrigues, 2023).

A segurança pública deve ser construída em colaboração com a sociedade civil, ouvindo e incorporando as perspectivas e necessidades das comunidades locais. Isso inclui o fortalecimento da participação cidadã nas políticas de segurança, o estabelecimento de canais de comunicação eficazes entre a polícia e a comunidade, e o apoio a iniciativas lideradas pela sociedade civil que promovam a segurança e a justiça (Leeds, 2013).

Em suma, o papel da segurança pública no combate à violência no Brasil transcende o mero policiamento e repressão. Isso demanda uma abordagem ampla e inclusiva que promova uma cultura de paz, fortaleça as instituições democráticas e desenvolva políticas públicas integradas que abordem as causas estruturais da violência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É imprescindível ressaltar a importância da proposição de estratégias integradas e colaborativas como parte fundamental da resposta aos desafios da segurança pública no Brasil. Essas estratégias devem visar não apenas a repressão

do crime, mas também a prevenção da violência, a abordagem das causas estruturais da criminalidade e o fortalecimento das instituições de segurança.

Uma abordagem integrada envolve o desenvolvimento e implementação de políticas públicas que atuem de forma transversal, abordando questões de segurança, de educação, saúde, assistência social, emprego, urbanismo e cultura. Ao investir nessas áreas-chave, é possível atacar as raízes da violência, como desigualdade social, pobreza e exclusão, que frequentemente alimentam a criminalidade.

Além disso, a prevenção da violência deve ser uma prioridade, com a implementação de programas e iniciativas que abordem fatores de risco e promovam o desenvolvimento humano e social. Isso inclui investir em educação, esporte, cultura e capacitação profissional, oferecendo alternativas positivas para os jovens e reduzindo sua vulnerabilidade à influência do crime.

Outro aspecto fundamental é o fortalecimento das instituições de segurança, com investimentos em treinamento contínuo, educação especializada e desenvolvimento de habilidades técnicas e comportamentais para os profissionais da área. Além disso, é necessário combater a corrupção dentro das instituições, promovendo a transparência, a prestação de contas e a punição exemplar de agentes corruptos.

Por fim, é essencial promover a participação ativa das comunidades no processo de formulação e implementação de políticas de segurança. Isso envolve fortalecer a capacidade das comunidades para se organizarem, monitorarem a implementação das políticas públicas e se engajarem na resolução pacífica de conflitos dentro de seus territórios.

Ao adotar estratégias integradas e colaborativas que promovam a prevenção da violência, abordem as causas estruturais da criminalidade e fortaleçam as instituições de segurança, é possível construir um ambiente mais seguro, justo e pacífico para todos os brasileiros. Essa abordagem favorece o fortalecimento das instituições e políticas de segurança, e ajudar a promover o desenvolvimento humano e a coesão social no país.

REFERÊNCIAS:

ABRÃO, Guilherme Rodrigues. Crime organizado, estado desorganizado. **Jusbrasil**, 2024. <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/crime-organizado-estado-desorganizado/121942001>.

ABREU, Cesaltina. Desigualdade social e pobreza: ontem, hoje e (que) amanhã. **Revista Angolana de Sociologia**, n. 9, p. 93-111, 2012. DOI: <https://doi.org/10.4000/ras.83>. Disponível em: <https://journals.openedition.org/ras/83>. Acesso em: 26 abr. 2024.

ANDRADE, Edson Francisco de; ARRUDA, Ana Lúcia Borba de. (Org.). **Política educacional e desigualdades sociais no Brasil**: contextualizações e posicionamentos. Recife: EDUFPE, 2020. Disponível em: <https://editora.ufpe.br/books/catalog/download/93/101/272?inline=1>. Acesso em: 28 abr. 2024.

ARAÚJO, Andrea Geórgia Souza de ARAÚJO. **A dinâmica da ocupação na Favela Sururu de Capote**: segregação socioespacial e exclusão social. 2018. 193 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió – AL, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3w7hYtK>. Acesso em: 27 abr. 2024.

ARAÚJO, Temístocles Telmo Ferreira. Política de segurança pública na sociedade brasileira sob a ótica das Políticas Públicas: Análise da Prevenção Criminal e Prevenção Social. **Jusbrasil**, 2015. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/politica-de-seguranca-publica-na-sociedade-brasileira-sob-a-otica-das-politicas-publicas/189550129>. Acesso em: 03 maio 2023.

BAQUERO, Marcello Baquero; BAQUERO, Rute Baquero. Capital Social e Empoderamento no desenvolvimento social: um estudo com jovens. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 13, n. 1:47-64, jan./jun., 2007. Disponível em: <file:///D:/Users/WIN10/Documents/CONSULTORIA%20ACAD%C3%8AMICA/2024/DANILO%20BARUC/412-Texto%20do%20artigo-1525-1-10-20120710.pdf>. Acesso em: 05 maio 2024.

BARATA Rita Barradas. **Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009. (Temas em Saúde collection).

BARRETO, Mauricio Lima. Desigualdades em saúde: uma perspectiva global. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 7, p. 2097-2108, 2017. DOI: 10.1590/1413-81232017227.02742017 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/XLS4hCMT6k5nMQy8BJzJhHx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Temático Prevenção de Violência e cultura de Paz**. Brasil: Organização Pan-Americana de Saúde, 2006. Vol. 3. Disponível em: https://bvsm.saude.gov.br/bvs/publicacoes/painel_indicadores_sus_prevencao_violencia.pdf. Acesso em: 12 maio 2024.

CARVALHO, Vilobaldo Adelídio de; SILVA, Maria do Rosário de Fátima e Silva. Política de segurança pública no Brasil: avanços, limites e desafios. **Revista. Katályses**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 59-67, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/bnjfd8BgmpTSXSSyXQ3qbj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 maio 2024.

CASTILHO, Ana Flávia de Andrade Nogueira; ALVES, Fernanda Mendes Sales; ALONSO, Ricardo Pinha. Segurança pública no Brasil e a paz social. **RJLB**, Ano 2, n. 5, p. 79-104, 2016. Disponível em: https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2016/5/2016_05_0079_0104.pdf. Acesso em: 04 maio 2024.

CHAVES, Helena Lúcia Augusto; ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. Desigualdades e privação de direitos na sociabilidade capitalista e suas expressões no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 141, p. 164-182, maio/ago., 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.244>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/jK8Jvp8DJFPsS6FHGcBXSnt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 abr. 2024.

CONSELHO INTERNACIONAL DE SEGURANÇA E DESENVOLVIMENTO (ICOS). **Novas abordagens para segurança pública e políticas de drogas**. ICOS. Petrópolis: Vozes, 2009

COSTA, Arthur Trindade M.; DURANTE, Marcelo Ottoni. Medo do crime, desordens e coesão social no Distrito Federal. **Revista Sociedade e Estado**, v. 36, n. 2, maio/ago., p. 613-637, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/gdkh9ZHKRGGBwwJRfC5pwzr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04 maio 2024.

EUZÉBIOS FILHO, Antonio; GUZZO, Raquel Souza Lobo. Desigualdade social e pobreza: contexto de vida e de sobrevivência. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, n. 1, p. 35-44, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/qbWzFRX4Qds7js3pyqqhkXK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 27 abr. 2024.

FERREIRA, Helder Rogério Sant'Ana; MARCIAL, Elaine Coutinho. **Violência e segurança pública em 2023**: cenários exploratórios e planejamento prospectivo. Rio de Janeiro: Ipea, 2015. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5680/1/Viol%C3%Aancia%20e%20seguran%C3%A7a%20p%C3%ABblica%20em%202023_cen%C3%A1rios%20explorat%C3%B3rios%20e%20planejamento%20prospectivo.pdf. Acesso em: 12 maio 2024.

GOMES, Luiz Flávio. **Direito Penal**. Parte Geral. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.

KOGAA, Dirce; SANT'ANA, Raquel Santos; MARTINELLIA, Maria Lúcia. Questão étnico-racial: desigualdades, lutas e resistência. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 133, p. 399-405, set./dez. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.149>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/RcyJ9vBZ3pxqykyGqtPqPZf/?lang=pt>. Acesso em: 29 abr. 2024.

KYRILLOS, Gabriela M. Uma análise crítica sobre os antecedentes da interseccionalidade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 1, p. 1-12, 2020. e56509. DOI: [10.1590/1806-9584-2020v28n156509](https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n156509). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/zbRMRDkJtkTsRzPzWTH4Zj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 abr. 2024

LEEDS, Elizabeth. A sociedade civil e a segurança cidadã no Brasil: um relacionamento frágil, mas em evolução. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 7, n. 2, 134-142, ago./set., 2013. Disponível em:

<https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/378/174>. Acesso em: 12 maio 2024.

LIMA, Luciana Leite; D'ASCENZI, Luciano; LUI, Lizandro; AGUIAR, Rafael Barbosa. Políticas públicas e desenvolvimento: uma proposta de modelo de análise. *urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 2021, 13, e20210048 DOI: 10.1590/2175-3369.013.e20210048 <https://www.scielo.br/j/urbe/a/x7hJDFKwKnjh387sTHpbZvz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 maio 2024.

LOPEZ, Laura Cecilia. O conceito de racismo institucional: aplicações no campo da saúde. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v. 16, n. 40, p.121-34, jan./mar., 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/hxpmJ5PB3XsWkHZNwrHv4Dv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 abr. 2024.

LOTTA, Gabriela (Org.). **Teoria e análises sobre implantação de políticas públicas no Brasil**. Brasília: Enap, 2019. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4162/1/Livro_Teorias%20e%20An%C3%A1lises%20sobre%20Implementa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas%20no%20Brasil.pdf. Acesso em: 09 maio 2024.

Marlene Inês Spaniol; Martim Cabelreira Moraes Júnior; Carlos Roberto Guimarães Rodrigues. **Como tem sido planejada a segurança pública no Brasil?** Análise dos Planos e Programas Nacionais de Segurança implantados no período pós-Redemocratização. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo v. 14, n. 2, 100-127, ago./set., 2020. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/download/1035/362/4706>. Acesso em: 09 maio 2024.

MATTOS, Wagner Duarte Araujo. **Plano de Intervenção para Ações Preventivas de Segurança Pública de Competência Municipal no Leste da Região Metropolitana do Rio de Janeiro**. TCC (Especialização em Gestão Pública) - Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, 2018. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4785/1/Wagner%20Duarte%20Araujo%20Mattos.pdf>. Acesso em: 06 maio 2024.

MELO, Elza Machado. **Podemos prevenir a violência**. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), 2010.

NASCIMENTO, Andréa Ana do. A corrupção policial e seus aspectos morais no contexto do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, Ano 5, Edição 9, p. 58-70, ago./set., 2011. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/download/97/94/177>. Acesso em: 10 maio 2024.

NASCIMENTO, Daniela. A resposta às desigualdades socioeconômicas como base para a paz: uma abordagem alternativa aos conflitos? *Universitas Relações Internacionais*, Brasília, v. 11, n. 2, p. 61-72, jul./dez. 2013. DOI:10.5102/uri.v11i2.2524. Disponível em: <https://uniceub.emnuvens.com.br/relacoesinternacionais/article/viewFile/2524/2161>. Acesso em 24 abr. 2024.

NASCIMENTO, Morgana do. **Cultura de paz: uma análise da experiência de implementação na UFPE.** 113f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) - Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/623543/624496/DISSERTAC%C2%B8A~O+Morgana+do+Nascimento+%281%29.pdf/0a3a058d-77ef-4c39-a968-e9df1488aa18>. Acesso em: 10 maio 2024.

OLIVEIRA JR, José Alcebiades de Aspectos socioculturais e político-jurídicos da corrupção no Brasil. In: LEAL, Rogério Gesta (Org.). **Patologias corruptivas: as múltiplas faces da hidra** [recurso eletrônico]. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2015. Disponível em: https://www.unisc.br/editora/patologias_corruptivas_as_multiplas_faces_da_hydra.pdf. Acesso em: 10 maio 2024.

OXFAM Brasil. **Entenda as causas da desigualdade social e como afeta a população.** OXFAM Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/blog/entenda-as-causas-da-desigualdade-social-e-como-afeta-a-populacao/>. Acesso em 24 abr. 2024.

PINHO, Roberta Justel do. **População em situação de rua e o mundo do trabalho:** (im)possibilidades de transposição da linha abissal. 2020. 305 f. Tese (Doutorado em Terapia Ocupacional) - Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos – SP, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/12685/PINHO_RobertaJusteldo_2020.pdf?sequence=4&isAllowed=y. Acesso em: 28 abr. 2024.

PIZZIO, Alex. Embates acerca da ideia de justiça social em relação a conflitos sociais e desigualdades. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, p. 355-375, maio/jun., 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/s4XzthXHZp89xw8zXNjNQck/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 abr. 2024.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO [PNUD]. Acesso em 27 abr. 2024. **Relatório de Desenvolvimento Humano Regional 2021-2022**, Nova York, 2022.

RODRIGUES, Lucas. Prevenção Criminal - Prevenção Primária, Secundária e Terciária. **Jusbrasil**, 2023. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/prevencao-criminal/1833557194>. Acesso em: 09 maio 2024.

SANTOS, Andersson Pereira dos; COUTO, Fernando José Barbato; COELHO JUNIOR, Francisco Antonio. Construção e validação de instrumento para avaliação de impacto de treinamento em profundidade do curso de formação profissional da polícia federal. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 16, ed. especial, 128-151, 2022. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/1448>. Acesso em: 09 maio 2024.

SENHORA, Marinalva Coelho de Sousa; SENHORA, Bruna Coelho Moreno; CRAVEIRO Sílvia Dasilva. Instituições democráticas-participativas, fortalecimento das escolas públicas e parceria em momentos de crise? IN: Encontro Brasileiro de Administração Pública, 8. Brasília/DF, 3 a 5 de novembro de 2021. **Anais de Congresso.** Sociedade Brasileira de Administração Pública (SBAP), Instituto

Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), 2021. Disponível em: <https://sbap.org.br/>. Acesso em: 09 maio 2024.

SILVA, J. A. D. **Comentário Contextual à constituição**. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

SILVA, Margareth Correa; MENEZES, Janaína Specht da Silva. Educação, desigualdade e proteção social. **O Social em Questão**, Ano XXV, n. 52, p. 131-154, jan./abr., 2022. DOI: 10.17771/PUCRio.OSQ.56408 Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/56408/56408.PDF>. Acesso em: 24 abr. 2024.

SILVA, Thiago Nascimento da. **Acesso à justiça e desigualdade social**: um debate necessário. 93f. TCC (Graduação em Direito) - Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Faculdade Nacional de Direito Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/17662/1/TNSilva.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2024.

SOARES, Antonio Mateus Carvalho. **Dialética da violência**: civilidade e incivilidade. Prelúdios, Salvador, v. 3, n. 3, p. 11-35, mar./ago. 2014.

STVANELLI, Everton Jose. Evolução das Políticas de Segurança Pública no Brasil. **Ciências Humanas**, v. 28, Edição 131, fev., 2024. DOI: 10.5281/zenodo.10645688. Disponível em: <https://revistaft.com.br/evolucao-das-politicas-de-seguranca-publica-no-brasil/>. Acesso em: 09 maio 2024.

TRAVASSOS, Cláudia. As desigualdades sociais no acesso a cuidados de saúde em reprodução contínua. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, n. 7, p. 1-3, 2018. e0010 8818. DOI: 10.1590/0102-311X00108818. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/w4D4VdQpszpp98xNSNwc8mJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 abr. 2024.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado; LEAL, César Barros (coord.). Os direitos humanos dos vulneráveis, marginalizados e excluídos. In: **VIII Curso Brasileiro Interdisciplinar em Direitos Humanos**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3UshFBE>. Acesso em: 28 abr. 2024.

VASCONCELOS, Francisco Thiago Rocha. **Segurança pública como direito social**: uma revisão bibliográfica e conceitual (2010-2022). São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. (Informes de Análise: 1).

ZACCHI, Raquel Callegario. **Desempenho escolar e desigualdades educacionais no brasil: uma análise a partir do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)**. 2016. 288 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, Campos dos Goytacazes – RJ, 2016. Disponível em: https://uenf.br/pos_grad_uacao/sociologia-politica/wp-content/uploads/sites/9/2013/03/Tese_Raquel-Callegario-Zacchi_CD.pdf. Acesso em: 28 abr. 2024.

ZITKOSKI, Jaime José; HERZ GENRO, Maria Elly; LOPES, Dilmar; ELY, Luciane; CAVALCANTE, Marcia; HALLBERG, Jocineide Rodrigues. **Experiências e reflexões no curso de Educação, Pobreza e Desigualdade social**: trabalhos de

conclusão de curso dos alunos formandos de Alvorada, Novo Hamburgo, Porto Alegre, São Leopoldo, Santo Antônio da Patrulha e Sapiranga [EPUB]. Porto Alegre: EDUFRGS, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/205735/001112428.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 26 abr. 2024.

ZÜRCHER, Patrícia Figueiredo Ferreira. Pobreza, desigualdades sociais e a questão da moradia: desafiando a teia. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 19, n. 1, p. 167-179, jan./jul., 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br>. Acesso em: 26 abr. 2024.